

RESOLUÇÃO GPGJ nº 1.956

DE 28 DE JANEIRO DE 2015.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2014 exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, prevê que, ao final de cada quadrimestre, será emitido Relatório de Gestão Fiscal pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20;

CONSIDERANDO o disposto na Deliberação nº 223, de 24 de setembro de 2002, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro,

R E S O L V E

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2014, na forma dos demonstrativos em anexo, conforme determina a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2015.

Marfan Martins Vieira
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.956, DE 28 DE JANEIRO DE 2015
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	854.743.953,20	10.402.840,80
Pessoal Ativo	854.743.953,20	10.402.840,80
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	51.305.085,95	5.547.332,17
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	51.305.085,95	5.547.332,17
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	803.438.867,25	4.855.508,63
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	808.294.375,88	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	46.045.517.775,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI) = (IV/V)*100	1,76%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2% da RCL>	920.910.355,50
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,9% da RCL>	874.864.837,73
LIMITE DE ALERTA (portaria STN 637/12 e §1º, art. 59 da LRF) - <1,8% da RCL>	828.819.319,95

FONTES: Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios - SIAFEM/RJ/2014, Sistema de Informações Gerenciais - SIG/2014 e Receita Corrente Líquida informada pela SEFAZ.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Anniel Siqueira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
Diretora de Controle
CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
Auditora-Geral do Ministério
Público
CRC-RJ 073963-0

Dimitrius Viveiros Gonçalves
Secretário- Geral do Ministério Público

Marfan Martins Vieira
Procurador- Geral de Justiça

ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.956, DE 28 DE JANEIRO DE 2015
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a – b)
12 - Convênios - Administração Direta	40.293,33	-	40.293,33
81 - Recursos Não Orçamentários	3.884.815,35	3.884.815,35	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.925.108,68	3.884.815,35	40.293,33
00 - Ordinário Provenientes de Impostos	72.186.981,59	27.161.812,17	45.025.169,42
01 - Ordinários não Provenientes de Impostos	32.157.822,13	1.289.292,17	30.868.529,96
10 - Arrecadação Própria - Administração Indireta	20.052.299,99	30.693,88	20.021.606,11
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	124.397.103,71	28.481.798,22	95.915.305,49
TOTAL (III) = (I + II)	128.322.212,39	32.366.613,57	95.955.598,82

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ²	-	-	-
---	---	---	---

FONTES: Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios - SIAFEM/2014 e Sistema informações Gerenciais - SIG/2014.

Nota: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Anniel Siqueira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
Diretora de Controle
CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
Auditora-Geral do Ministério
Público
CRC-RJ 073963-0

Dimitrius Viveiros Gonçalves
Secretário- Geral do Ministério Público

Marfan Martins Vieira
Procurador- Geral de Justiça

ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.956, DE 28 DE JANEIRO DE 2015

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
12 - Convênios - Administração Direta	-	-	-	-	40.293,33	-
81 - Recursos Não Orçamentários	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	40.293,33	-
00 - Ordinários Provenientes de Impostos	2.596.680,77	18.421.363,28	-	35.655.943,67	45.025.169,42	-
01 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	-	1.217.477,85	-	10.653.947,36	30.868.529,96	-
10 - Arrecadação Própria - Administração Indireta	30.693,88	-	-	-	20.021.606,11	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.627.374,65	19.638.841,13	-	46.309.891,03	95.915.305,49	-
TOTAL (III) = (I + II)	2.627.374,65	19.638.841,13	-	46.309.891,03	95.955.598,82	-

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ²	-	-	-	-	-	-
---	---	---	---	---	---	---

FONTES: Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios - SIAFEM/2014 e Sistema de Informações Gerenciais - SIG/2014

Nota: ¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Anniel Siqueira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
Diretora de Controle
CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
Auditora-Geral do Ministério
Público
CRC-RJ 073963-0

ANEXO À RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.956, DE 28 DE JANEIRO DE 2015
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	808.294.375,88	1,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 2% da RCL>	920.910.355,50	2,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,9 % da RCL>	874.864.837,73	1,90
Limite de Alerta (portaria STN 637/12 e § 1º, art. 59 da LRF)<1,8% da RCL>	828.819.319,95	1,80
DÍVIDA CONSOLIDADA		
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	46.309.891,03	95.955.598,82

FONTES: Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios - SIAFEM/RJ/2014, Sistema de Informações Gerenciais - SIG/2014 e Receita Corrente Líquida informada pela SEFAZ.

Anniel Siqueira de Carvalho
Diretor de Orçamento e Finanças

Lúcia Helena Castilho
Diretora de Controle
CRC-RJ 105684-0

Ana Luiza Pereira Lima
Auditora-Geral do Ministério
Público
CRC-RJ 073963-0

Dimitrius Viveiros Gonçalves
Secretário- Geral do Ministério Público

Marfan Martins Vieira
Procurador- Geral de Justiça